

Prioridades da acção governativa das diversas áreas

Administração e Justiça

Em articulação com a acção governativa da Região Administrativa Especial de Macau, vamos persistir no impulso da edificação de um “Governo prestador de serviços e responsável”, aprofundar a coordenação no âmbito legislativo, implementar o Plano de Produção Legislativa para 2014, fortalecer as acções de edificação relativas aos assuntos cívicos e à vida da população, e emvidar todos os esforços para uma maior adequação à eleição do quarto mandato do Chefe do Executivo e da sua Comissão Eleitoral.

Administração Pública

- ▶ Optimizar as instalações e funções do Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau, aperfeiçoar os mecanismos de avaliação dos serviços e de recolha de opiniões, e impulsionar a prestação de serviços automáticos interdepartamentais e os serviços electrónicos;
- ▶ Acompanhar a implementação do regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção, intensificar a responsabilização, e promover uma cultura de servidor público íntegro e económico;
- ▶ Elevar a eficiência da gestão centralizada de pessoal, aumentar a eficácia das acções de formação, e criar o regime de conciliação centralizado;
- ▶ Concluir o ajustamento das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, do Instituto Cultural e do Instituto do Desporto, e desenvolver a reorganização das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais que envolvem a área dos transportes e obras públicas.

Justiça

- ▶ Intensificar cada vez mais o diálogo e a cooperação com a Assembleia Legislativa, implementar o Plano de Produção Legislativa para 2014, e aprofundar as acções de coordenação da produção legislativa nas vertentes de normalização dos procedimentos de produção e de aperfeiçoamento da elaboração do plano legislativo;
- ▶ Efectuar um estudo relativo aos resultados obtidos nos trabalhos técnicos de recensão e adaptação das leis previamente vigentes, no sentido de analisar, em conjunto com a Assembleia Legislativa, as alternativas de confirmação desses resultados através de procedimento legislativo;
- ▶ Estreitar a colaboração com os órgãos judiciais, desenvolver de forma atempada as acções de formação, e efectuar a revisão da Lei de Bases da Organização Judiciária.



O Laboratório do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais empenha-se na articulação das suas acções no âmbito da segurança alimentar.

Assuntos Cívicos e Municipais

- ▶ Acompanhar a implementação eficaz da Lei de Segurança Alimentar, e aperfeiçoar o funcionamento, supervisão e gestão do Centro de Segurança Alimentar;
- ▶ Proceder à recolha, reciclagem e aproveitamento de resíduos vegetais das zonas verdes;
- ▶ Realizar a coordenação e preparação das acções relativas à mudança das instalações do Mercado Abastecedor;
- ▶ Optimizar as instalações municipais e outras relacionadas com a vida da população, e elevar a qualidade de vida;
- ▶ Fortalecer as acções de educação cívica, e elevar as qualidades humanas da população.

Economia e Finanças

Estabilização do crescimento, optimização das estruturas, promoção da reconversão e valorização industrial e melhoramento da qualidade de vida da população

Promoção da diversificação adequada da economia

- ▶ Reforçar o apoio ao desenvolvimento do sector de convenções e exposições;
- ▶ Fomentar a reconversão e valorização industrial;
- ▶ Reforçar a fiscalização do sector de jogo, assegurando o desenvolvimento estável dos sectores predominantes;
- ▶ Impulsionar o desenvolvimento dos sectores logístico moderno, da venda a retalho, das indústrias cultural e criativa e de medicina tradicional chinesa, entre as demais actividades.

Apoio às pequenas e médias empresas

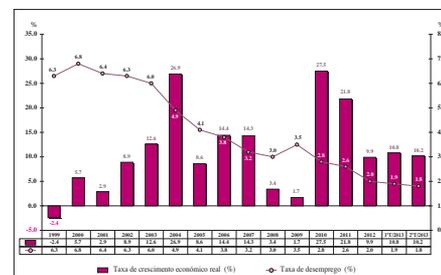
- ▶ Implementar eficazmente as diversas medidas de apoio financeiro;
- ▶ Ajudar as empresas na elevação do seu nível de gestão e na exploração de novos mercados;
- ▶ Apoiar o desenvolvimento dos produtos e serviços de marca de Macau;
- ▶ Atenuar atempadamente as dificuldades das empresas no âmbito da falta de mão-de-obra.

Elevação da qualificação dos recursos humanos

- ▶ Organizar cursos de formação profissional diversificados como forma de apoio aos trabalhadores residentes na sua ascensão profissional;
- ▶ Encorajar os residentes à obtenção de certificação de qualificação profissional;
- ▶ Promover a criação de um regime de avaliação para as técnicas profissionais.

Aprofundamento da cooperação regional

- ▶ Apoiar o sector empresarial no aproveitamento pleno do Acordo CEPA;
- ▶ Fomentar o avanço da cooperação Guangdong-Macau, incentivando a participação da comunidade empresarial no desenvolvimento da Ilha de Hengqin;
- ▶ Promover a plena valorização do papel de Macau como plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa;
- ▶ Participar activamente na cooperação da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas, organizando, em conjunto com Guangdong e Hong Kong, o Fórum da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas.



Evolução da taxa de crescimento económico real e taxa de desemprego de 1999 até 2º trimestre de 2013

Continuidade na melhoria da qualidade de vida da população

- ▶ Assegurar efectivamente o direito ao emprego dos residentes;
- ▶ Tomar atempadamente medidas destinadas à atenuação das dificuldades dos residentes na sua vida quotidiana, promovendo a implementação eficaz das mesmas;
- ▶ Manter a estabilidade da oferta de produtos no mercado e acompanhar os efeitos da inflação sobre as condições de vida dos cidadãos;
- ▶ Proteger os direitos e interesses dos consumidores nos termos da lei.

Reforço da supervisão do sector financeiro e das finanças públicas

- ▶ Aperfeiçoar o Regime da Administração Financeira Pública, procedendo ao melhoramento do sistema fiscal;
- ▶ Reforçar a supervisão financeira para assegurar a solidez e salubridade do sistema financeiro;
- ▶ Gerir com eficácia a Reserva Financeira;
- ▶ Combater, nos termos da lei, as actividades de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo.

Aperfeiçoamento dos diplomas e regulamentos legais relacionados

- ▶ Proceder-se à revisão e alteração dos diplomas e regulamentos legais nas áreas económica e comercial, das finanças públicas, das actividades financeiras, do trabalho, entre outras.

Segurança

Em 2014 prossegue-se uma política de segurança pública em que, por via da melhoria dos métodos de gestão, reforçaremos a qualidade e a eficácia da actividade securitária, com atenção especial para a formação do pessoal e para a cooperação interdepartamental regional e internacional.

Actividade policial

- ▶ Promoção dos melhores meios de incremento da prevenção criminal e cumprimento da lei, para tanto enfatizando a aposta no policiamento comunitário;
- ▶ Permanente estado de prontidão para responder a todo o tempo a qualquer eventualidade ou crise nas condições de segurança pública;
- ▶ Optimização dos procedimentos de controlo dos fluxos migratórios, com prevalência da automatização da passagem fronteiriça, cumprindo o compromisso de permanente melhoria do desempenho;
- ▶ Reforço da cooperação interdepartamental e incremento da troca de informações;
- ▶ Permanente atenção às condições de mobilidade de pessoas e veículos, promovendo por todos os meios a melhoria da fluidez do tráfego rodoviário.



Formação duma equipa com alta eficiência, competência e profissionalismo

Incremento das capacidades

- ▶ Colocar os recursos tecnológicos e científicos ao serviço do cumprimento da lei;
- ▶ Prosseguir a construção de um banco de dados DNA, inovando a base legislativa por forma a acompanhar a evolução tecnológica;
- ▶ Desenvolver as potencialidades de dados móveis, dos sistemas de georeferenciação e demais tecnologias de informação com vista a apoiar quem trabalha na linha da frente;
- ▶ Enfatizar a formação técnica e académica dos recursos humanos, com vista a melhorar a sua prestação;
- ▶ Incrementar a função de reinserção social do recluso durante execução das penas privativas de liberdade, para tanto reforçando os quadros de pessoal do EPM e, a par da construção das novas instalações, melhorar as actuais condições de alojamento.

Promover a legalidade, a segurança e a paz social

- ▶ Melhorar a eficiência do desembaraço aduaneiro e incrementar a fiscalização relativa à protecção da propriedade intelectual;
- ▶ Expandir e incrementar o patrulhamento nas suas diversas valências, bem como fortalecer a capacitação de resgate e salvamento no mar;
- ▶ Retirar o melhor proveito da videovigilância em áreas públicas e acompanhar as segunda e terceira fases de implementação do sistema;
- ▶ Promover campanhas de educação para a segurança, particularmente quanto à prevenção do fogo em edifícios antigos e manter em permanente actualização os planos de contingência, relativos à prevenção e combate a incêndios das novas infra-estruturas edificadas.

Prioridades da acção governativa das diversas áreas

Assuntos Sociais e Cultura

Esforçar-se para “compreender sentimentos, ouvir opiniões, recolher a sabedoria, preocupar-nos com a vida quotidiana, consolidar o sentido de pertença e melhorar a saúde física da população”, para que seja construída uma cidade melhor, uma RAEM inclusiva de toda a sua população.

No domínio da Saúde

- ▶ Aperfeiçoamento das políticas de assistência médica para os idosos, estabelecimento de uma sociedade saudável;
- ▶ Fortalecimento do sistema de gestão da qualidade, aumento da eficácia dos cuidados de saúde;
- ▶ Aprofundamento da prevenção e do controlo de doenças no âmbito de saúde pública, promoção do desenvolvimento dos cuidados de saúde a longo prazo.

No domínio da Educação e da Juventude

- ▶ Criação de um mecanismo de garantia da qualidade, empenho na formação de quadros qualificados;
- ▶ Estímulo à implementação do diploma legal do “Quadro geral”, preparação de um corpo docente de excelência;
- ▶ Ter atenção às diversas necessidades dos alunos, incentivo ao desenvolvimento sistemático das escolas;
- ▶ Conjugação das energias positivas dos jovens, aumento da sua capacidade competitiva latente.

No domínio da Acção Social e da Segurança Social

- ▶ Concretização das políticas para o aperfeiçoamento do planeamento, prestação de serviços de apoio aos jovens e idosos;
- ▶ Melhoramento da rede dos serviços de apoio às famílias, extensão dos serviços das creches e de reabilitação;
- ▶ Implementação do sistema da segurança social de dois níveis e criação, em conjunto, da protecção após a aposentação, a longo prazo.

No domínio do Turismo

- ▶ Início do estudo do planeamento turístico e aperfeiçoamento do ambiente turístico em geral;
- ▶ Reforço na gestão da formação profissional e aumento da qualidade dos serviços turísticos;
- ▶ Participação em actividades de cooperação do turismo internacional e regional e exploração da diversificação dos produtos do Turismo.



Visita a Macau da grande delegação “Sentir Macau”

No domínio da Cultura

- ▶ Empenho na sensibilização da protecção do património, levantamento global do património cultural;
- ▶ Generalização do ensino da cultura e das artes, empenho na formação de talentos nas artes;
- ▶ Aperfeiçoamento das instalações culturais, expansão dos espaços para actividades culturais.

No domínio do Desporto

- ▶ Intensificação da promoção do desporto para todos, sensibilização para a participação activa dos cidadãos;
- ▶ Aprofundamento do conhecimento da aplicação dos dados científicos à prática desportiva, formação integral de talentos do desporto;
- ▶ Promoção da construção das instalações desportivas, implantação do conceito de “gestão verde”.

Transportes e Obras Públicas

Concretizaremos os objectivos governativos de “elevar a capacidade, promover o desenvolvimento sustentável”, e de gradualmente melhorar o sistema normativo, acelerar a construção de infra-estruturas, a integração regional e a construção de equipamentos comunitários, otimizando as condições necessárias ao desenvolvimento urbano.

Cooperação Regional e Planeamento Urbanístico

- ▶ Promoção e participação activa na cooperação sobre a construção do Posto Fronteiriço de Macau na ilha artificial da Ponte Hong Kong—Zhuhai—Macau;
- ▶ Promoção das infra-estruturas transfronteiriças, em articulação com o desenvolvimento regional;
- ▶ Implementação da Lei do Planeamento Urbanístico e elaboração dos diplomas complementares.

Gestão de solos e Urbanização

- ▶ Revisão dos diplomas complementares à nova Lei de Terras, em articulação com a sua implementação;
- ▶ Acompanhamento da elaboração do Regime Jurídico da Construção Urbana, do Regulamento de Segurança contra Incêndios e do Regime Jurídico da Acreditação, Registo e Qualificação Profissional de Técnicos. Estabelecer medidas de reordenamento das redes de drenagem, no intuito de elevar a sua capacidade;
- ▶ Planeamento e melhoria dos sistemas pedonais, concretização de duas instalações pedonais localizadas na Península de Macau e na Taipa, e promoção de um ambiente pedonal humanizado e confortável.



Intensificar a cooperação regional e acelerar a execução das obras de construção das infra-estruturas transfronteiriças.

Habituação

- ▶ Elaboração da Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública, em conjugação com o estudo sobre “Terra de Macau destinada a residentes de Macau”. Estudar a forma de colmatar o actual regime da habitação social e alargar o âmbito dos destinatários que possam beneficiar de habitação social;
- ▶ Acompanhamento dos trabalhos posteriores ao novo concurso público da habitação económica e social, apoiando os agregados familiares na ocupação das fracções;
- ▶ Criação do centro de serviços da administração de edifícios, reforço do apoio à administração de edifícios.

Trânsito e Transportes

- ▶ Promover a construção do Metro Ligeiro, estudar pormenorizadamente o traçado na Península de Macau. Concretizar a criação da via rápida para os transportes públicos, melhorar o ambiente do transporte terrestre;

- ▶ Reforçar o serviço dos rádio-táxis especiais, aumentar o número de táxis através da nova emissão de licenças, estudar a forma de desenvolvimento do serviço de táxis;
- ▶ Reforçar as instalações marítimas e aéreas, com a entrada em funcionamento a título experimental do Terminal Marítimo da Taipa.

Protecção do ambiente, Energia e Telecomunicações

- ▶ Continuar a aplicação das medidas de controlo da poluição do ar, acelerar a criação do regime de avaliação do impacto ambiental;
- ▶ Concretizar a política de introdução dos eco-veículos, aumentar o limite máximo de apoio financeiro do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, apoiar as empresas a melhorarem o ambiente de negócio. Iniciar a construção de uma Estação de Tratamento de Água Reciclada e da respectiva rede pública;
- ▶ Concretizar os objectivos de desenvolvimento do mercado dos serviços de televisão, implementar um novo sistema tarifário de electricidade.

Comissariado contra a Corrupção

Em 2014, o CCAC vai continuar a orientar-se pela estratégia de combinação da punição com a prevenção, empenhando-se em impulsionar o desenvolvimento da construção de uma sociedade íntegra da RAEM.

No âmbito do combate à corrupção

- ▶ Exercer a fiscalização no domínio das actividades da Administração Pública mais expostas ao crime de corrupção, reforçar a comunicação e o intercâmbio com os órgãos judiciais e elevar a eficiência de investigação de casos;
- ▶ Intensificar as acções destinadas a combater os actos de corrupção no sector privado, por forma a criar um ambiente empresarial íntegro;
- ▶ Proporcionar ao seu pessoal acções de formação profissional com vista a aumentar as suas capacidades de investigação;
- ▶ Assegurar que o processo da eleição do 4.º Chefe do Executivo da RAEM decorra de forma íntegra, justa e imparcial;
- ▶ Apresentar o projecto da lei sobre “tráfico de influência” por forma a aperfeiçoar a promoção de um sistema íntegro em Macau;
- ▶ Reforçar a cooperação transfronteiriça na investigação de casos e a cooperação internacional em matéria judiciária e da execução das leis;
- ▶ Prestar cooperação à avaliação, efectuada por peritos das Nações Unidas, do cumprimento, pela República Popular da China, da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

No âmbito da provedoria de justiça

- ▶ Realizar acções de investigação, com vista à verificação da legalidade e da razoabilidade dos actos e procedimentos praticados pelos serviços e entidades públicas bem como recomendar a reparação das eventuais práticas de ilegalidades ou irregularidades administrativas;
- ▶ Proceder ao tratamento das queixas relacionadas com os direitos fundamentais dos cidadãos através de criação de um grupo especializado para o efeito;
- ▶ Verificar se existem deficiências nas normas jurídicas, nomeadamente as que afectem direitos, liberdades, garantias ou interesses legítimos das pessoas;
- ▶ Organizar acções e actividades de formação específicas com o fim de elevar a capacidade de trabalho e eficiência do pessoal;
- ▶ Trocar experiências profissionais com organizações internacionais no âmbito de provedoria de justiça e aperfeiçoar os trabalhos sobre o tratamento de queixas.

No âmbito da sensibilização

- ▶ Aprofundar as acções de sensibilização de integridade junto da equipa dos trabalhadores da Administração Pública, com vista a elevar a conduta íntegra dos mesmos;
- ▶ Aperfeiçoar ainda mais a divulgação e sensibilização para a prevenção de corrupção no sector privado, dando apoio aos diversos sectores na elaboração dos respectivos códigos internos de conduta íntegra, no intuito de criar uma cultura empresarial íntegra;
- ▶ Envolver-se na comunidade para a divulgação do sentido de integridade e para estimular a participação da população na construção de uma sociedade íntegra;
- ▶ Aperfeiçoar os materiais didácticos de educação ética e realizar, em conjunto com escolas, diferentes actividades, reforçando a educação da integridade junto da juventude.

Comissariado da Auditoria

Auditoria baseada em tecnologias de informação e comunicação

- ▶ O CA vai proceder ao balanço sobre a aplicação do “Programa Informático de Auditoria in loco” na auditoria às contas, melhorar as suas funcionalidades de auditoria e planear a sua próxima fase de desenvolvimento, com vista a aperfeiçoar técnicas relevantes para elevar o nível de eficiência e exactidão da auditoria.

Planeamento e gestão dos projectos de auditoria

- ▶ O CA vai reforçar o planeamento e a gestão dos projectos de auditoria, centrando a atenção na gestão prospectiva do plano anual de actividades. O CA vai, também, otimizar o sistema de gestão dos processos de auditoria e adoptar medidas para tornar mais rigorosos os processos conducentes à identificação e aprovação dos objectos de auditoria, tendo em conta uma adequada afectação dos recursos de auditoria;
- ▶ O CA vai iniciar a concepção de um sistema integrado de gestão dos processos de auditoria, bem como estudos de viabilidade com vista à informatização dos documentos de auditoria.

Formação de pessoal

- ▶ Para responder a necessidades decorrentes de tarefas prioritárias futuras, o CA vai organizar cursos de formação profissional especializados destinados ao pessoal de auditoria, com vista ao reforço da qualidade do desempenho técnico da equipa de auditoria.

Actividades de divulgação e promoção

- ▶ O CA vai continuar a realizar palestras e workshops sobre a cultura de auditoria para que os trabalhadores dos serviços públicos conheçam melhor os trabalhos de auditoria e os seus efeitos benéficos na gestão dos serviços públicos. O CA vai privilegiar uma abordagem prático-operacional à troca de opiniões sobre matérias de gestão financeira de interesse mútuo.